



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 170, DE

DE

DE 2022.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 30 / 11 / 22

1º Secretário

*Reconhece de Utilidade Pública a
Associação dos Moradores do Parque
Piauí - AMPAPI.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque Piauí - AMPAPI, CNPJ Nº 12.175.824/0001-81, com sede e foro na Cidade de Teresina – PI.

Art. 2º Fica assegurada a entidade de que trata o artigo anterior, todos os direitos e vantagens estabelecidos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 28 de novembro de 2022.

Dep. Themístocles Filho
MBD



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

JUSTIFICATIVA

A presente proposição pretende declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque Piauí - AMPAPI que foi constituído no dia 11 de junho de 1987, com sede e foro na cidade de Teresina - PI, tem por objetivo desenvolver atividades nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, e desenvolvimento Urbano.

A referida Fundação está apta a receber o título de utilidade pública, pois funciona desde o ano de 1987, onde presta relevante serviço de interesse da sociedade e está em pleno funcionamento conforme pode-se observar pelos documentos apresentados anexos, tudo em conformidade com a Lei nº 5447/2005, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Piauí.

Pela razão expostas, solicita-se aos nobres pares desta Casa Legislativa que aprovem a presente proposição.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.175.824/0001-81 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 11/06/1987			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMPPPI		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO CJ PARQUE PIAUI QD 49 CASA		NÚMERO 10	COMPLEMENTO *****
CEP 64.025-100	BAIRRO/DISTRITO PARQUE PIAUI	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO JARDEL.ENNESF@HOTMAIL.COM		TELEFONE (86) 8838-2454/ (86) 9820-9817	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/06/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/11/2022 às 15:34:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA	VOLTAR	IMPRIMIR
---------------	--------	----------

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

4010K
PRESIDENTE
RUTH
MEINHA
988382454
WHATS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUI
CNPJ: 12.175.824/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:43:39 do dia 11/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/05/2023.

Código de controle da certidão: **3028.01DC.BB20.6A87**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.175.824/0001-81

Razão Social: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUI

Endereço: CONJ PARQUE PIAUI 01 QUAD 82 SUL / PARQUE PIAUI / TERESINA / PI /
64025-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/11/2022 a 10/12/2022

Certificação Número: 2022111101200717885950

Informação obtida em 11/11/2022 16:15:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Poder Judiciário

2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis

3ª Circunscrição - CNS:07.784-2

Bel. Meirylane de Oliveira Sousa - Interina
Portaria nº 3008/2017 - PJ/PI/CGJ/EXPCGJ



Página 001

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo e buscando neste Serviço Registral de Pessoas Jurídicas da 3ª Circunscrição, **Livro A-23, sob o número de ordem 3.850, datado de 19/02/2019**, nele verifiquei constar o registro de uma **Reforma Estatutária da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ – AMPAPI**, apresentada por **ROBERTO KENNEDE ALVES DE SENA**, cujo inteiro teor segue: Registro da Reforma Estatutária da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ – AMPAPI, apresentada por ROBERTO KENNEDE ALVES DE SENA, cujo inteiro teor segue: ESTATUTO SOCIAL REFORMULADO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ - AMPAPI. **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO.** Art.1º- A Entidade ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ, sob a Sigla AMPAPI, fundada em 04 de fevereiro de 1986, tendo como CNPJ: 12.175.824/0001-81, reconhecida em utilidade pública em 16 de maio de 1991 sob lei nº 2.050 com Sede provisória na Qd 67 Cs 12, CEP: 64025-100 Bairro Parque Piauí zona Sul de Teresina-PI. adaptando-se ao novo código civil brasileiro, lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, essa entidade é devidamente registrada no Cartório Naila Bucar no livro de registro integral de pessoas jurídicas Livro A-05, sob nº 150 em 27/06/1997, tendo suas alterações Estatutárias fundamentadas no Art. 53 do código Civil Brasileiro Art. 45 e Art.120 da Lei 6.015/73 em 31/12/1973, alteração geral no estatuto da entidade aprovado em assembléia geral extraordinária a 12 de fevereiro de 2017, com foro em Teresina-Pi. Art.2º - A entidade ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, sem distinção de cor, raça, sexo, partido político, ou qualquer discriminação, com duração indeterminada, que reger-se-á por este Estatuto e pela legislação específica e conforme disposto no Art. 53 do Código Civil Brasileiro a alteração estatutária se deu de acordo com a resolução 16/2010 que tipifica as entidades com preponderância nas políticas sócio-assistenciais e no Art. 2º da Lei nº 8.742/93 adequação a nova legislação da assistência social a lei 12.435 (Lei do SUAS) Lei 11.340 (Lei Maria da Penha); Lei 10.741 (Lei do Idoso); Lei 8.069 (Lei da Criança e Adolescente); Lei 11.124 (Lei SNHIS); Lei 11.977 (Lei Regularização Fundiária Urbana); Lei 11.326 (Lei Agricultura Familiar) com as alterações da lei 13.204/2015 (MROSC) e atos da diretoria respeitadas as decisões das assembléias e normas estatutárias por esta aprovada. Parágrafo Primeiro: A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ- AMPAPI Entidade será filiada a Federação das Entidades Comunitárias do Piauí - FECEP. **CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E FINALIDADES:** Art.3º- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ tem por objetivos desenvolver atividades nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Urbano com as seguintes finalidades: I- Promover a união de seus membros para a

Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Karla Fernandes Lopes Barroso



contribuam na melhoria de seus associados, respeitando os critérios estatutários. SEÇÃO III - DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS da AMPAPI Art.9º- São deveres dos Sócios da AMPAPI: I - Respeitar o Estatuto; II - Participar das atividades e luta pela comunidade; III - Zelar pelo patrimônio moral, material da entidade e comunidade como um todo; IV - Estar quite com suas obrigações perante AMPAPI; V - Lutar pelo fortalecimento da entidade e infonnar de imediato a diretoria- quaisquer irregularidades. CAPÍTULO IV- SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS E DISPOSIÇÕES GERAIS Art.10º - São órgãos da AMPAPI: I - Assembléia Geral; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal. SEÇÃO H - DA ASSEMBLÉIA GERAL Art. 11o- A Assembléia Geral é o órgão máximo da entidade fonnada por todos os sócios e tem como finalidade eleger a Diretoria, aprovar, apreciar e retificar relatórios, balancetes, autorizar alienações, vendas ou pennutas dos bens móveis e imóveis, decidir questões relevantes para o bom funcionamento da entidade inclusive destituir a diretoria no descumprimento deste estatuto ou de determinações desta assembléia. A Assembléia Geral será convocada das seguintes formas: I - Ordinariamente - trimestralmente, em data pré-fixada pela diretoria; II - Extraordinariamente, a qualquer momento, sob proposta da Diretoria ou de 20% dos associados para discutir e votar questões de interesse da comunidade; III - As Assembléias Gerais Extraordinárias reunir-se- ao com a presença de 1/5 de seus associados mais um, em primeira convocação e/ ou qualquer número em segunda convocação; IV- Compete à Assembléia Geral coibir abusos administrativos de qualquer natureza, praticado pela Diretoria ou associados e aprovar a formação de órgãos para atividades específicas; V - A dissolução da entidade se dará por deliberação da assembléia geral convocada exclusivamente para esse fim. SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA da AMPAPI. Art. 12º- A Diretoria Executiva será composta de cargos eletivos e cargos transitórios: I- Os Cargos Eletivos são compostos pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2ºSecretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor de Imprensa e Divulgação, Diretor de Cultura e Formação, Diretor de Patrimônio e Conselho Fiscal. II- Cargos Transitórios - serão criados após a fundação da entidade, cujos membros serão nomeados através de portaria pelo presidente. Art.13º - Compete ao Presidente da AMPAPI: I - Representar oficialmente a entidade judicialmente, extrajudicial, ativa e passivamente; II - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto bem como as resoluções das assembléias; III - Assinar correspondências, documentos, e autorizar pagamentos; IV - Presidir e dirigir as reuniões da Diretoria Executiva; V- Abrir conta corrente bancária, assinar cheques juntamente com o Tesoureiro. Art. 14º - Compete a Vice- Presidente da AMPAPI: I- Auxiliar o Presidente e substituí-lo em todos os seus impedimentos. Art. 15º- Compete ao 1º Secretário da AMPAPI: I - Substituir a Vice- Presidente; II - Manter em ordem fichário dos associados; III - Lavrar e ler as atas nas reuniões da diretoria e assembléias gerais; IV - Assinar cheques juntamente com o Presidente e o Tesoureiro Geral. Art.16º - Compete ao 2º Secretário da AMPAPI: I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos Art. 17º - Compete ao 1º Tesoureiro da AMPAPI: I - Registrar no livro caixa todas as contribuições e

Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Vania Fernandes Lopes Barros
RTP/NOFJ



votar todo e qualquer residente domiciliado a partir de 6 meses e com idade a partir de 16 anos; Para ser votado residente domiciliado a partir de 1 ano com idade acima de 20 anos. Art. 28º - O cadastramento dos sócios poderá ocorrer até 20 (vinte) dias antes das eleições e só poderá votar e ser votados os associados que estiverem quites com suas obrigações sociais no prazo de até 06 (seis) meses antes das eleições. Art.29º- O encerramento da propaganda eleitoral será 24 (vinte e quatro) horas antes das eleições. Art. 30º - No caso de empate dos candidatos, a posse será do candidato com maior tempo de domicílio na comunidade. **CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO da AMPAPI.** Art. 31º- O Patrimônio da AMPAPI constitui-se de todos os bens móveis e imóveis, doações, Subvenções Sociais, bens incorporados de convênios, rendas obtidas com a promoção de eventos ou por outros meios legais. Parágrafo Único - Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria Executiva da AMPAPI, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral. Art.32º.- Em caso de extinção da AMPAPI seu patrimônio será destinado à outra entidade congênere registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. Parágrafo Único - A extinção do AMPAPI acontecerá em assembleia geral para estes fins com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. **CAPÍTULO VI - DAS PENALIDADES DOS ASSOCIADOS** da a) Advertência - Será aplicada pelo presidente, mediante aprovação da Diretoria Executiva, em caráter reservado, para punir faltas leves, como faltar a três reuniões consecutivas sem dar justo esclarecimento, atraso de três meses nas taxas de contribuições dos sócios junto a entidade. a) Suspensão - Será aplicada pelo presidente, após aprovação da Diretoria Executiva em recurso "ex-offício", para punir faltas graves, como desrespeitar a diretoria executiva em exercício, desrespeitar o estatuto da entidade. b) Exclusão - Será deliberada e aplicada pela assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, após votação da maioria absoluta dos presentes, para punir faltas graves, como desrespeitar o estatuto da entidade, extraviar a documentação da entidade, cometer roubo de recurso financeiro da entidade, desde que for comprovado, quando se apropriar indevidamente dos bens da entidade, quando desacatar fisicamente e moralmente qualquer membro da entidade. Parágrafo único - No caso de vir a ocorrer exclusão do associado a este será garantido amplo direito de defesa, mediante a Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** Art. 34º - Os casos omissos nesse estatuto serão decididos em assembleia geral para os determinados fins, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art. 35º - O Estatuto da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ, sob a Sigla AMPAPI, aprovado em Assembleia Geral extraordinária convocada para este fim revoga o anterior, as disposições em contrário podendo ser reformulado em assembleia geral para estes fins com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art.36º - A Reformulação Estatutária aprovado em assembleia geral extraordinária entra em vigor na data de seu registro em cartório. Teresina 12 de

Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Karla Fernandes Lopes Barros
Secretaria RJ/DP/CPJ

**OUTROS**

FAZENDA TABOLEIRO S/A
CNPJ - 07103419/0001-18
NIRE: 2230000126-4

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA P/AUMENTO DE
CAPITAL - SOCIEDADE ANÔNIMA S/A**

Convoco os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, sito à Av. Marechal Castelo Branco, nº 911, loja 415GH/Parte 292, Piso L4, Shopping Rio Poty, Bairro Porequante, Teresina-PI, Cep. 64.003-901, às 10:00 horas, do dia 30 de novembro de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Aumento de capital, aproveitamento da incorporação de reservas e emissão de novas ações;
- Eleição do novo Presidente;
- Outros assuntos de interesse geral.

Teresina (PI), 17 de novembro de 2022

Lourival Sales Parente
Diretor Presidente
P. P. 8194
3 - 3

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA

COMUNICAÇÃO AOS AÇIONISTAS

CONVOCAÇÃO

A Diretoria da ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA convoca os AÇIONISTAS desta empresa, para a Reunião de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que ocorrerá no Edifício Sede da AGESPISA, localizado na Av. Mal. Castelo Branco, nº 101 - Norte, bairro Cabral, em Teresina - PI, às 11:00 horas, do dia 30 de novembro de 2022 para deliberarem sobre as seguintes pautas:

- Alteração do Estatuto Social e Jurídico;
- Doação com encargos das Ações representativas no percentual de 51% da AGESPISA para MRAE;
- Recondução dos Membros do Conselho de Administração;
- Outros assuntos de interesse da companhia.

Teresina, 18 de novembro de 2022

LEONARDO SILVA SOUSA
Diretor Presidente
Of. 795
3 - 1

EXTRATO DE ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE PIAUÍ. Associação dos Moradores do Parque Piauí, sob sigla AMPAPI, situada na Rua Agnelo Rufino n. 1.200, ao lado da U.B.S. do Parque Piauí, fundada em 04 de fevereiro de 1986, tendo como CNPJ: 12.175.8240001-81, possui como principais objetivos: promover atividades nas áreas de educação, assistência social, habitação, esporte, lazer, segurança, meio ambiente, cultura, economia solidária, agricultura familiar e desenvolvimento urbano por tempo indeterminado. Os sócios não se responsabilizam, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da entidade que tem representação pelo seu Presidente que deverá representar oficialmente a entidade judicialmente, extrajudicialmente, ativa e passivamente, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto bem como as resoluções das assembleias, assinar

correspondências, documentos, e autorizar pagamentos, presidir e dirigir as reuniões da diretoria executiva, abrir conta corrente bancária, assinar cheques juntamente com o tesoureiro. São órgãos da AMPAPI: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é formada pelo Presidente, vice Presidente, 1º e 2º Tesoureiro, 1º e 2º Secretário, Diretor de Imprensa e Divulgação, Diretor de Cultura e Formação e Diretor de Patrimônio. Teresina, (PI), 17 de novembro de 2022. RUTH DE SOUSA LIMA/ PRESIDENTA DA AMPAPI.

PP. 8209

Armando Vieira de Almeida, CPF: 083.696.838-78, torna público que SOLICITOU a SEMAR-PI a expedição da Autorização para Perfuração de Poço Tubular e Outorga Preventiva situado na localidade da FAZENDA BOA VISTA II, sn, zona rural de Marcos Parente - PI, bacia hidrográfica Difusas da Barragem de Boa Esperança, aquífero Poti-Piauí, Coordenadas: 7°11'49.21"S; 43°58'29.75"O, para reservar 1.300,50 m³/ano para consumo humano e outros usos (uso consultivo).

PP. 8211

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da Associação Pestalozzi de Teresina, CNPJ nº 41.521.915/0001-20, com sede na Rua Jonatas Batista 1159 - Centro Norte, CEP: 64000-400, Teresina - Piauí, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com previsão estatutária, CONVOCA, através do presente edital, todos os associados em dia com as suas obrigações estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na Rua Jonatas Batista N. 1159, Centro Norte, Teresina - Piauí, às 09:00h do dia 14 de dezembro de 2022.

Com a seguinte ordem do dia:

- Prestação de Contas da Gestão 2020 - 2023;
- Eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo para o triênio 2023-2026.

A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em primeira convocação às 09:00h, com a presença de no mínimo 1/3 do número de associados em condições de votar, e em segunda convocação às 09:30h, com qualquer número de associados, de acordo com o artigo 25, §§2º e 3º do Estatuto da Associação.

Para efeito de quórum, o número de associados até a presente convocação é de 74 (setenta e quatro).

Teresina/PI, 17 de novembro de 2022.

Francisco de Assis Tavares dos Santos
Presidente
PP. 8212

EDITAL DE LICENÇA AMBIENTAL

A empresa EC RODRIGUES DE SOUSA - ME, CNPJ: 11.469.374/0003-39 situada na Rua Francisquinha Barbosa, 150 - Bairro: Canela - Oeiras (PI). Torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAM a LICENÇA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO (LP/LI e LO), para o empreendimento/atividade Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Foi apresentado os estudos ambientais.

PP. 8213

A Empresa CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, firma estabelecida na Zona Rural, da cidade de Buriti dos Lopes, Rod. BR 343, Lagoa de Dentro - Data Várzea S/N, C.N.P.J sob Nº 13.855.882/0002-08, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR, a Licença de Operação - LO de número D000259/21, Empreendimento Unidade de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS) - Autoclaves, Caldeiras e Triturador.

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ - AMPAPI. Aos sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um às 08hs, no Pátio do Centro Social e Urbano do Parque Piauí – CSU, localizado na Av. Marechal Rondon s/n, Bairro Parque Piauí zona Sul de Teresina-Pi, iniciou os trabalhos da Comissão Eleitoral da AMPAPI composta por UNECOST representada pelo Jose Alves de Sousa (Balalão), solteiro, aposentado, RG 77.189 SSP PI, CPF 477.713.997-20, domiciliado na Qd 10, Casa 13 Conjunto Residencial Vamos Ver o Sol, CEP 64033-530, Bairro Santo Antônio presidindo os trabalhos e eu Rita Leandro da Silva Gomes, Divorciada, do Lar, RG. 525.549 SSP PI, CPF 227.187.613-34, domiciliada na Rua Limoeiro, 2129, CEP 64028-863 secretariando os trabalhos, Representando a Comunidade Francisca Helena Oliveira de Araújo, desquitada, do Lar, RG 1.214.341 SSP PI, CPF 792.779.343-87, domiciliada no Conjunto Parque Piauí Qd 40, Casa 04, CEP 64025-140 e Adriana Oliveira Silva, solteira, Comerciante, RG 3.337.533 SSP PI, CPF 044.393.153-48, domiciliada no Conjunto Parque Piauí na Qd 44, Casa 03, CEP 64025-150, e o Representante do SINDSERM Marcos Vinício Barbosa de Carvalho, Divorciado, Advogado, RG 2.535.516 SSP DF, CPF 578.724.573-34, domiciliado no Conjunto Parque Piauí na Qd 48, Casa 11, todos assessorando os trabalhos do pleito eleitoral da AMPAPI, a Chapa única “Renovar é Preciso” inscreveu os seguintes fiscais: Maria Justina Moraes da Silva, Solteira, autônoma, RG 770.794 SSP PI, domiciliada na Qd 23, Cs14, CEP 64025-150 e Maria das Dores Anes de Moraes, Solteira, Func. Publica, RG 2.333.835 SSP PI, domiciliada na Qd 16, Cs 12, CEP 64025-100. Materiais usados na realização da eleição: Urna, canetas, almofada de tinta, Lista Oficial de Votação e Cédulas Eleitorais, todos os presentes fizeram vistoria na urna. O pleito eleitoral ocorreu de forma tranqüila, às 13hs foi encerrada a votação e em seguida foi realizada apuração in loco a Lista Oficial de Votação contendo 270 votantes, tendo 98 abstenções; compareceram e votaram na seção eleitoral 182 eleitores, obtivemos o seguinte resultado: 1 Voto Nulos; 5 Votos NÃO e 175 Votos SIM elegendo assim a Chapa Única – AMPAPI – “Renovar e Preciso”, composta: Presidenta Ruth de Sousa Lima, Casada, Funcionaria Publica, RG 1.035.027 SSP PI, CPF 444.402.603-06, domiciliada Qd 41 Cs 12 CEP 64025-150; Vice-presidente: Girleno Alves Martins, Casado, Empresário, RG 1.059.114 SSP PI, CPF 470.423.973-04, domiciliado na Qd 76 Cs 09 CEP 64025-100; Primeira Secretaria: Denise da Silva Milanêz, Solteira, Estudante, RG 1.789.269 SSP PI, CPF 993.502.203-00, domiciliada Qd J Cs 14 CEP 64025-048; Segundo Secretario: Jose Inocêncio Ribeiro Dias, Casado, Aposentado, RG 249.334 SSP PI, CPF 106.109.443-04, domiciliado na Qd 97 Cs 02, CEP 64025-360; Primeira Tesoureira: Rosangela Bezerra da Silva, Solteira, Comerciante, RG 633.454 SSP PI, CPF 337.280.623-91, domiciliada Qd 37 Cs 06 CEP 64025-130; Segundo Tesoureiro: Edinaldo Lira Lima, Viúvo, Autônomo, RG 271.001 SSP PI, CPF 338.498.111-15 domiciliado Qd 52 Cs 01, CEP 64025-180; Diretora de Imprensa e Divulgação: Edilene Saraiva Paz, Solteira, Artesã, RG 987.128 SSP PI, CPF 353.274.133-49, domiciliada Qd 57, Cs 06, CEP 64025-196; Diretora de Cultura e Formação: Eronilde de Sousa e Silva, Solteira, Funcionaria Publica, RG 716.845 SSP PI, CPF 349.734.353-68, domiciliada Qd 53, Cs 10, CEP 64025-180; Diretor de Patrimônio: Ronaldo Ribeiro de Moura, Casado, Professor, RG 2.205.678 SSP PI, CPF 397.129.403-06, domiciliado Qd 76, Cs 16, CEP 64025-270; Conselho Fiscal Titular: Primeiro Conselheiro Djalma Rodrigues Junior, Casado, Autônomo, RG 1.377.572 SSP PI, CPF 678.863.773-04, domiciliado Qd 77, Cs 05, CEP 64025-100; Segunda Conselheira Maria de Lourdes de Sousa, Solteira, Autônoma, RG 417.431 SSP PI, CPF 338.526.773-00, domiciliada Qd 43, Cs 02, CEP 64025-150; Terceira Conselheira Maria Zélia Fontoura Borges, Solteira, Autônoma, RG 466.991 SSP PI, domiciliada Qd 41, Cs 14, CEP 64025-150; Conselho Fiscal Suplente: Jose Geraldo Nascimento e Silva, Casado, Aposentado, RG 188.719 SSP PI, CPF 079.347.933-91, domiciliado na Qd 131, Cs 10, CEP 64025-470 e Antonio Lucas Soares Pereira, Solteiro, Secretario, RG 4.300.100 SSP PI, CPF 082.109.273-10, domiciliado Qd 120, Cs 12, CEP 64025-440, para representar e administrar a ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ - AMPAPI, para o mandato do triênio com inicio aos sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um aos sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e quatro. Estando eleitos e em cumprimento ao estatuto no Capitulo IV Seção V Art.25, foram empossados de imediato, passando a

partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto. O processo Eleitoral encerrou-se as 13hs30min, desfazendo se aqui a Comissão Eleitoral do AMPAPI e repassando os documentos e os trabalhos para a Presidenta Ora Eleita e empossada a Senhora Ruth de Sousa Lima. Nada mais a relatar eu Rita Leandro da Silva Gomes, secretariei os trabalhos e lavrei essa ata, sendo lida, conferida por todos os presentes e segue assinada por mim, o presidente da mesa e os eleitos e empossados. Teresina, 7 de março de 2021.

Presidente da mesa

Presidenta:

Vice-presidente:

1ª. Secretária:

2. Secretário:

1ª. Tesoureira:

2. Tesoureiro:

Diretora de Imprensa e Divulgação

Diretora de Cultura e Formação

Diretor de Patrimônio

1. Conselheiro Fiscal Titular

2ª. Conselheira Fiscal Titular

3ª. Conselheira Fiscal Titular

1. Conselheiro Fiscal Suplente

2ª. Conselheira Fiscal Suplente

2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, NOTAS, REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DA PESSOA JURIDICA DE TERESINA-PI

CEP 64.048-502 / fone: (066) 3304-2199 E-MAIL: cartorio2@cartorio2pi.com.br SITE: www.cartorio2pi.com.br / CNIS 01764-2

Belª Meiryane de Oliveira Sousa - Tabela Interina - Portaria nº 3008/2017 - PJP/PCGJ/EXPCGJ

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE RUTH DE SOUSA LIMA e GIRLENO ALVES MARTINS, EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Teresina/PI, 08/04/2021 08:35:35. SELO ABZ73794 - N4CV, ABZ73795 - 1HJ7 CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra

Raimundo Ferreira de Araújo Sobrinho - Escrevente Autorizado
Emol. R\$ 8.32 T.J. R\$ 1.66 M.P. R\$ 0.10 Selo: R\$ 0.52 Total: R\$ 10.70

2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, NOTAS, REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DA PESSOA JURIDICA DE TERESINA-PI

CEP 64.048-502 / fone: (066) 3304-2199 E-MAIL: cartorio2@cartorio2pi.com.br SITE: www.cartorio2pi.com.br / CNIS 01764-2

Belª Meiryane de Oliveira Sousa - Tabela Interina - Portaria nº 3008/2017 - PJP/PCGJ/EXPCGJ

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE DENISE DA SILVA MILANEZ e ROSANGELA BEZERRA DA SILVA, EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Teresina/PI, 08/04/2021 08:36:38. SELO ABZ73807 - M4FW, ABZ73808 - B123 CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra

Raimundo Ferreira de Araújo Sobrinho - Escrevente Autorizado
Emol. R\$ 8.32 T.J. R\$ 1.66 M.P. R\$ 0.10 Selo: R\$ 0.52 Total: R\$ 10.70

**MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL DE ACORDO COM A
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO
DOS MORADORES DO PARQUE PIAUI – AMPAPI.**

FRANCISCA HELENA OLIVEIRA ARAÚJO. C.P.F. 792.779.343-87.

Francisca Helena Oliveira Araújo

ADRIANA OLIVEIRA SILVA. C.P.F. 044.393.153-48.

Adriana Oliveira Silva

JOSÉ ALVES DE SOUSA C.P.F. 477.713.997-20

José Alves de Sousa

RITA LEANDRO DA SILVA GOMES. C.P.F. 227.187.613-34

Rita Leandro da Silva Gomes

MARCOS VINÍCIO BARBOSA DE CARVALHO. C.P.F. 578.724.573-34.

Marcos Vinício B. de Carvalho

TERESINA, 17 de Janeiro de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 125001092022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **RUTH DE SOUSA LIMA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de JOAQUIM PEREIRA LIMA e MARIA EDITH DE SOUSA LIMA, nascido(a) aos 29/08/1969, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 1035027 SSP/PI, CPF 444.402.603-06.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:10 de 11/11/2022



125001092022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 129095022022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GIRLENO ALVES MARTINS**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **JOSE GOMES MARTINS** e **RAIMUNDA ALVES MARTINS**, nascido(a) aos 05/10/1970, natural de **ESPERANTINA/PI**, documento de identificação 105914 SSP/PI, CPF 470.423.973-04.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:13 de 22/11/2022



129095022022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 125013572022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ROSANGELA BEZERRA DA SILVA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de RAIMUNDO BEZERRA DA SILVA e MARIA DO SOCORRO VIEIRA DA SILVA, nascido(a) aos 22/04/1964, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 633454 SSP/PI, CPF 337.280.623-91.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:34 de 11/11/2022



125013572022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 124990542022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **EDINALDO LIRA LIMA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de JOSE JOAQUIM DE LIRA e VALDETE DE LIMA LIRA, nascido(a) aos 26/05/1964, documento de identificação 271001 SSP/MS, CPF 338.498.111-15.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:55 de 11/11/2022



124990542022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 125007012022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **DENISE DA SILVA MILANEZ**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de VALDINA ALVES MILANEZ e LUCIA MARIA DA SILVA MILANES, nascido(a) aos 25/03/1980, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 1789269 SSP/PI, CPF 993.502.203-00.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:19 de 11/11/2022



125007012022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 125002952022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JOSE INOCENCIO RIBEIRO DIAS**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **JOSE RIBEIRO DIAS** e **MARIA DO BOMFIM RIBEIRO**, nascido(a) aos 17/09/1958, natural de **SAO RAIMUNDO NONATO/PI**, documento de identificação 249334 SSP/PI, CPF 106.109.443-04.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:13 de 11/11/2022



125002952022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 128721842022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **EDILENE SARAIVA DA PAZ**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de FRANCISCO PIMENTEL PAZ e ANTONIA SARAIVA DE ARAUJO PAZ, nascido(a) aos 15/04/1966, natural de FLORIANO/PI, documento de identificação 987128 SSP/PI, CPF 353.274.133-49.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:51 de 21/11/2022



128721842022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 128723592022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ERONILDE DE SOUSA E SILVA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA e TERESINHA DE SOUSA E SILVA, nascido(a) aos 07/09/1963, natural de OEIRAS/PI, documento de identificação 716845 SSP/PI, CPF 349.734.353-68.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:54 de 21/11/2022



128723592022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 129097272022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **RONALDO RIBEIRO DE MOURA**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de FRANCISCO BENONES DE MOURA e ANA MARIA RIBEIRO DE MOURA, nascido(a) aos 27/09/1971, natural de PARNAIBA/PI, documento de identificação 2205678, CPF 397.129.403-06.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:18 de 22/11/2022



129097272022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 128985312022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **DJALMA RODRIGUES JUNIOR**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de DJALMA RODRIGUES e MARIA DE JESUS ALVES RODRIGUES, nascido(a) aos 29/01/1975, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 1377572 SSP/PI, CPF 673.863.773-04.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:38 de 22/11/2022



128985312022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 124994972022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MARIA DE LOURDES DE SOUSA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de FRANCISCO CANDIDO DE SOUSA e MARIA LUIZA DE SOUSA, nascido(a) aos 26/12/1961, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 417431 SSP/PI, CPF 338.526.773-00.

Observações:

1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;

2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;

3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;

4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)

5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:01 de 11/11/2022



124994972022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 129101752022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JOSE GERALDO NASCIMENTO E SILVA**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de ARGEMIRO JOSE DA SILVA e FRANCISCA DAS CHAGAS E SILVA, nascido(a) aos 05/05/1957, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 188719, CPF 079.347.933-91.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:25 de 22/11/2022



129101752022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 124993372022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MARIA ZELIA FONTOURA BORGES**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de MANOEL FONTOURA DE MAGALHAES e ENI MENDONCA BORGES DE MAGALHAES, nascido(a) aos 22/01/1961, natural de COROATA/MA, documento de identificação 466991 SSP/MA, CPF 341.241.283-04.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:59 de 11/11/2022



124993372022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 129108452022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ANTONIO LUCAS SOARES PEREIRA**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **VITOR SOARES MENDES** e **LUCIROSA LUCAS PEREIRA**, nascido(a) aos 19/07/2000, natural de **TERESINA/PI**, documento de identificação 4300100, CPF 082.109.273-10.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:35 de 22/11/2022



129108452022



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100104.001234/2021-93

Unidade de Registro: 04º DP DE TERESINA

Resp. pelo Registro: Lino De Carvalho Costa Junior

Data/Hora: 13/03/2021 - 12:31

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

04º DP DE TERESINA

17/01/2021 - 08:00

Tipo Local

OUTROS

Município

Bairro

TERESINA

PARQUE PIAUÍ

Endereço

VIA PUBLICA, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOSÉ INOCÊNCIO RIBEIRO DIAS

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 249334

Mãe: MARIA DO BONFIM RIBEIRO

Pai: JOSÉ RIBEIRO DIAS

Endereço: QUADRA 97, CASA 02, Nº

Bairro: PARQUE PIAUÍ

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Perda, Extravio ou Inutilização de Documento.

RELATO DA OCORRÊNCIA

INFORMA QUE HOVE O EXTRAVIO DO LIVRO ATA DA ASSOCIAÇÃO DO MORADORES DO PARQUE PIAUÍ, E VARIAS CERTIDÕES DIVERSAS DA ASSOCIAÇÃO EM TELA.

Lino De Carvalho Costa Junior - Mat.
AGENTE DE POL

José Inocêncio Ribeiro Dias
JOSE INOCÊNCIO RIBEIRO DIAS - Noticiante
Responsável pela Informação

Luccy Keiko Leal Parafba
Delegado Geral da Polícia Civil-PI
Mat.: 196.331-7



Poder Judiciário
2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis

3ª Circunscrição - CNS:07.784-2

Bel. Meirylane de Oliveira Sousa - Interina

Portaria nº 3008/2017 - PJ/PI/CGJ/EXPCGJ



Página 001

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo e buscando neste Serviço Registral de Pessoas Jurídicas da 3ª Circunscrição, Livro **A-25**, sob o número de ordem **4.567** datado de **17/05/2021**, nele verifiquei constar o registro de uma **Ata de Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE PIAUÍ-AMPAPI**, realizada em 07 de março de 2021, apresentada pela Presidente Eleita, Sra. **Ruth de Sousa Lima**, com período de mandato de **Março/2021 a Março/2024**. O referido é verdade e dou fé. Eu Milena Ribeiro Costa, Milena Ribeiro Costa, escrevente autorizada a digitei. Emolumentos: R\$ 18,37; FERMOJUPI: R\$ 3,67; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,46; Total: R\$ 22,76. O presente ato só terá validade com o Selo: **ACC71867 - 7PRY**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra.

Teresina (PI), 17 de maio de 2021.

Karla Fernandes Lopes Barroso
p/p Registrar de Pessoas Jurídicas
Interina
Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Substituta- RTD/RCPJ
Teresina-Piauí



ACC71867 - 7PRY

Consulte selo digital